

## EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O USO DE AUDIOVISUAIS NO ENSINO DAS AFRICANIDADES

LIMA, Maria D'Ajuda Viana <sup>1</sup>

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC.

SANTOS, Arlete Ramos dos <sup>2</sup>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB

OLIVEIRA, Niltânia Brito <sup>3</sup>

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC

**RESUMO:** A presente comunicação baseada no art. 205 e no cap. II art. 9 do Estatuto da Igualdade Racial (2010) aborda diferentes linguagens visuais e culturais com o propósito de incentivar educadores (as) a trabalharem africanidades na sala de aula, construir o fortalecimento da identidade negra e promover uma educação antirracista. Para isso utilizamos das leituras de imagens a fim de desenvolver uma leitura crítica da imagem do negro brasileiro no livro didático. Desse modo, combate-se a discriminação racial presente nos livros didáticos, pois a criança negra, não se encontra nas histórias, nos textos nem nas imagens trabalhadas pelos livros. Através das leituras de imagens as escolas públicas e privadas podem desenvolver uma leitura crítica da imagem do negro brasileiro no livro didático de português, história e outras disciplinas. São nessas experiências cotidianas, do social e cultural que moram as riquezas existentes dos centros urbanos, periféricos e camponeses, e que motivam os estudantes a construir um olhar consciente sobre as sua origem e ancestralidade. Cabe ressaltar ainda que um material como este deve ser bem planejado, com participação de todos os envolvidos, para evitar impactos irreversíveis, principalmente no que diz respeito à cultura e as tradições locais.

**Palavras-chaves:** Africanidades; Identidade; Linguagem Cultural.

<sup>1</sup> Graduada em Turismo pela UNOPAR. Especializanda em Educação do Campo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Email:dudulima2@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado pela UNESP; Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas da Educação - CEPECH/DCIE/UESC, com registro no CNPQ. E-mail: arlerp@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestra do Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica - PPGED/UESC; Professora da Educação Básica na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA, da Faculdade Maurício de Nassau e do PARFOR da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista/BA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas - CEPECH/DCIE/UESC/BA, com registro no CNPQ. E-mail: africa.niltania@gmail.com

**ABSTRACT:** This communication based on art. 205 and in cap. II art. 9 of the Racial Equality Statute (2010) addresses different visual and cultural languages with the purpose of encouraging educators to work in the classroom, building a black identity and promoting anti-racist education. For this we use the reading of images in order to develop a critical reading of the image of the Brazilian Negro in the textbook. In this way, the racial discrimination present in the textbooks is combated, since the black child is not found in the stories, in the texts nor in the images worked by the books. Through the reading of images, the public and private schools can develop a critical reading of the image of the Brazilian Negro in the didactic book of Portuguese, history and other disciplines. It is in these everyday, social and cultural experiences that the existing riches of urban, peripheral and peasant centers live that motivate students to construct a conscious view of their origin and ancestry. It should be emphasized that such material should be well planned, with the participation of all those involved, to avoid irreversible impacts, especially with respect to local culture and traditions.

Keywords: Africanities; Identity; Cultural Language.

## INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves, localizada na rodovia Ilhéus/Uruçuca km 06. Tem em seu Projeto Político Pedagógico, diversos instrumentos que colaboram para a construção da educação contextualizada com possibilidades de ampliação da leitura de mundo e interação com realidades diversas. Dentre elas é a educação do campo com ênfase nas africanidades. A EACMA já trabalhava a questões étnicos raciais mesmo antes da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e inclui no currículo oficial dos sistemas de ensino nacional, estaduais e municipais, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Segundo Cleber, estudante da primeira turma 1997. Explica

O grande diferencial da EACMA é a sua metodologia de ensino, dentro da realidade da juventude camponesa, favorecendo, sua didática, discussões acerca de questões étnicas, culturais e de gênero, garantindo não somente o aprendizado voltado para práticas agrícolas, mas conhecimentos sobre a vida.

Dentre algumas atividades desenvolvida pela escola. Tratarei da educação antirracista, que relata a imagem do negro na sociedade.

A definição imagem é muito usada, com várias significações sem conexo ao visível, mostra ser complexa no qual dar um significado simples a uma figura. Que segundo os estudiosos, de fato, o que há de comum, em primeiro lugar entre um desenho infantil, filme,

pintura mural ou impressionista, grafites, cartazes, uma imagem mental, logotipo, “falar por imagens” e dentre outros. O interessante é que, mesmo tendo multiplicidade de expressão, conseguimos compreender algo definido com o real.

As imagens são feitas para serem vistas, e que o órgão da visão não é um elemento neutro. O olho é um ponto de ligação importantíssimo entre o cérebro e o mundo que nos rodeia. O observador, o sujeito espectador, mantém uma relação complexa com a imagem, e vários fatores devem ser levados em conta, como capacidade receptiva; crenças, valores, saberes, condições sociais, época e cultural. (AUMONT, 2005, p.394)

Com as novas tecnologias em especial a TV, veio para o convívio familiar muito rápido e cada dia mais vai crescendo o acesso as imagens. Os anúncios, as telenovelas, os reality show, deixa as pessoas ainda mais ligada a essas mídia cruel e perversa que transmite identidades estereotipadas, rotuladas pela sociedade capitalista. Jogos que nos faz ser desleal um com os outro e somos obrigados a receber e transmitir tensões podendo alterar a positivo ou negativo, as nossas identidades. Como explica Bauman.

A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a “corrosão do caráter” que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade. (BAUMA,2004, p. 11).

Com isso confrontamos diariamente com maioria das identidades possíveis, tendo em vista que os novos costumes de vida indicados pela modernidade rompendo com o passado instável das identidades, suprimindo essa permanência numa multidão de meios do domínio, que são determinados segundo as necessidades das pessoas na sociedade. Sendo assim, a memória está intimamente relacionada ao próprio processo de construção da identidade, de auto representação. Ao acioná-la, indivíduos e grupos negociam suas identidades, seus valores, seus desejos e seus projetos de vida. Tal como a memória, a identidade também é construída relacionalmente, ou seja, na interação do sujeito com os outros (BARTH, 1969)

Trazendo para o nosso cotidiano, em relação ao campo educacional, percebemos que a discriminação racial, já vem pautada a partir dos livros didáticos, pois a criança negra, não se encontra nas histórias, nos textos nem nas imagens trabalhadas pelos livros, enquanto a criança branca se ver representada como um ser humano padrão e o negro é visto e posto

como padrão daquilo que não se deve se praticar, ou seja, é posto como uma imagem negativa.

Apesar da Lei 10.639/2003 que torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afro brasileira e africana na Educação Básica, a falta de formação impede que professores (as) abordem os assuntos étnico-raciais na sala de aula, visto o receio e a falta de conhecimento do assunto” (AGOSTINHO, et.al., 2014). Esse mesmo fato é mencionado por outros pesquisadores, como na citação abaixo:

Foram muitas as dificuldades e desafios pontuados pelos professores em relação à aplicação da Lei 10.639/03, dentre eles citamos: a ausência de formação acadêmica específica sobre a lei, a falta de materiais direcionados para essa temática, as dificuldades dos alunos ao acesso à internet e a desconstrução de estereótipos construídos socialmente (DIAS, CECATTO, 2015, p. 301).

O ensino é, conforme a Constituição brasileira em vigor, um "direito de todos (as) e dever do Estado e da Família". O compromisso do Estado não termina na garantia do acesso isonômico à educação, sendo seu dever promover estudo de qualidade que, por meio do respeito (art. 53, II, da Lei n. 8.069/1990) às pluralidades, garanta a permanência de todas e todos nas escolas (BRASIL, 1990). (BRITO 2016).

Contudo, parcela significativa da população brasileira, onde se situa em larga medida as populações negras, indígenas e camponesas, tem sido privada da educação (acesso e permanência), apesar do reconhecimento por parte dos ordenamentos jurídicos internacionais e brasileiro da sua importância, enquanto direito humano, fundamental e social. (BRITO, 2016, p.18)

A educação é negada quando o Estado não oferece escolas e universidades no campo que supram a necessidade dos camponeses, dos povos tradicionais, das minorias raciais, forçando a migração para área urbana e para um espaço que não se preocupa em trabalhar com conteúdo que melhor dialoguem com as especificidades de suas realidades. (BRITO, 2016, p. 18)

Considerando a implementação da Lei 10.639/03 e as práticas de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar nos permitem vislumbrar novos rumos para a superação da situação vigente e o aprimoramento das relações étnico-raciais. A lei representa um passo fundamental dentre as políticas afirmativas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e a discriminação por criar. É claro que há experiências de professores e de algumas escolas, ainda isoladas, que muito vão ajudar”. Com relação às práticas de racismo e discriminação no espaço escolar a efetivação das propostas de superação depende de ações contínuas por parte de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Que os educadores revejam suas metodologias e práticas pedagógicas e voltem sua atenção para o alunado afrodescendente penalizado dentro de um contexto histórico construído sobre bases eurocêntricas. As metodologias devem priorizar a análise crítica dos recursos didáticos comumente utilizados nas escolas tais como: livros, textos, imagens, filmes e a contação de história. Conforme Coelho (1997), a história quieta serena, prende a atenção, informa, socializa, educa.

A história é importante alimento da imaginação. Permite a auto identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. Descobrir isso e praticá-lo é uma forma de incorporar a arte à vida [...] (COELHO, 1997, p. 12)

Os docentes e suas disciplinas podem fazer um trabalho em conjunto unindo a teoria e a prática, pois é através da integração das diversas áreas do conhecimento que teremos resultados positivos contra o preconceito e a discriminação racial. Nessa perspectiva, deve-se procurar sempre que possível realizar trabalhos em conjunto com outras áreas de conhecimento como, por exemplo, com os professores de geografia, artes, língua portuguesa, etc., cada qual fazendo a sua parte dentro de um mesmo tema a ser abordado como é o caso da cultura africana e afro-brasileira, demonstrando os aspectos que levam ao conhecimento da África, tanto históricos quanto geográficos, mas também a invasão europeia, o domínio sobre o povo e sua cultura e no que resultou para o mundo principalmente para o povo africano e seus descendentes. Buscar desta forma, também valorizar este povo através de suas importantes contribuições para o mundo, que até os dias de hoje estão presentes e que muitas vezes desconhecemos ou não nos damos conta destas contribuições seja na religiosidade, na dança, na música, na linguagem, entre outros.

Pedagogia Simbólica. É uma teoria pedagógica que pode nos ajudar a compreender como se dá o processo de ensino – aprendizagem das diferentes manifestações culturais afro –

brasileiras bem como dos valores e princípios que caracterizam os chamados traços culturais trazidos das populações negras a africanas.

A aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em nossas escolas, foi um mergulho nessa questão, estabelecendo passos, ritmos, princípios e programas. Efetivar a lei é tarefa não só dos professores negros, mas de todos os professores, pois esta não é uma lei para os negros, mas para o Brasil, pois a discriminação e o racismo vigoram em nossa sociedade sob as mais diversas formas, como constata Hélio Santos (Apud, Caderno temático, p.22, 2006).

“A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostrados pela mídia também o são. Os fatos apresentados por todos na sociedade como se houvesse uma preponderância absoluta, uma supremacia definitiva dos brancos sobre os negros. Assim o que se mostra é que o lado bom da vida não é nem pode ser negro. Aliás, a palavra negra, além de designar o indivíduo deste grupo étnico-racial, pode significar sujo lúgubre, funesto, maldito, perverso, triste, nefando, etc.”

Sendo assim é que se faz necessário que a escola repense todo o seu contexto, com relação a questões raciais, e passe a trabalhar a importância em mostrar todos os papéis e situações positivas do negro, como também o seu protagonismo na formação da nossa nação e na história da civilização humana, bem como utilizar desse fio condutor para introduzir no cotidiano da sala de aula esses valores e referências de forma positiva.

### **DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA:**

E diante desta conjuntura, o papel do professor é de fundamental importância, pois, o mesmo deve impedir que o processo de diferenciação se torne um processo de discriminação e segregação no espaço da escola, devendo assim, oferecer novos modelos e valores com os quais crianças negras e brancas possam se identificar e assim venha a promover entre elas, a aproximação em vez do estranhamento.

Pautado em várias pesquisas que tem procurado mostrar os conflitos vividos pelos sujeitos negros na construção de uma imagem positiva de si mesmos e avaliam o impacto que a exposição cotidiana às imagens negativas pode gerar na formação da identidade dessas

peçoas. Se o negro é retratado como sinônimo daquilo que é desvalorizado (ou tem menor valor) na sociedade, seria compreensível que as crianças negras não queiram se identificar com esse valor.

Sendo assim deve-se abordar a história da África e dos africanos buscando e/ou produzindo material que colabore para efetivar a prática docente. O plano de ação deve ser elaborado conjuntamente pela equipe pedagógica da escola, para que objetivos e metas sejam alcançados. Todos os momentos de formação das educandas e dos educandos devem ser pensados em consonância com o currículo escolar, que deve obedecer à realidade cultural da comunidade onde a escola está inserida. Desde a confecção de um cartaz, à aula propriamente dita, problematizando cada ação e alertando para as políticas de reparação, de conhecimento e de valorização das ações afirmativas.

Diante do exposto estudos mostra evasão escolar de crianças negras é comprovadamente decorrente do preconceito e da discriminação que vivenciam, de acordo com os estudos,

As crianças negras repetem o ano mais do que as crianças brancas e frequentam os piores cursos; as crianças negras em sua maioria, tendem a ser empurradas pelo sistema para escolas menos equipadas, com menos recursos pedagógicos e turnos mais curtos (SOUZA, 2001, p.12).

O que podemos perceber é que as escolas estão despreparadas para lidar com as diferenças e o racismo ou, sejam como fenômenos sociais que se reproduzem no funcionamento da instituição escolar e nos ambientes de salas de aula, sejam na formação intelectual de docentes e discentes por carência de informação específica em seus currículos.

O descaso e o desconhecimento acerca da história da população afro-brasileira fazem com que as ideias construídas sobre o negro estejam repletas de estereótipos em relação às reais contribuições desse povo em todas as modalidades sociais (cultura, política, ciência, etc.). Assim, a discriminação que o negro sofre na sociedade, se reflete na escola, e, na maioria das vezes, sem que os educadores se dê em conta desses fatores. Segundo Lopes:

“A escola, na maioria das vezes, omite-se de falar sobre o negro como questão social de grande importância e restringe-se apenas a mencionar, em algumas disciplinas, a contribuição dada por eles à cultura brasileira. Tais citações são no geral, profundamente marcadas de vazio histórico, ou seja, o registro de sua contribuição assenta-se sobre algumas palavras que compõem o receituário da alimentação nacional, por exemplo,”. (LOPES, 1995, p.57).

Assim, o silêncio das escolas em relação ao racismo e ao preconceito colabora para que as crianças tanto negras quanto brancas) tenham a percepção de si mesmas e dos outros totalmente distorcida. As brancas, por se sentirem superiores às negras por se sentirem inferiores às brancas.

Por isso, é que as diferenças presentes na escola deveriam ser transformação de ideias preconcebidas e vistas como “verdades absolutas. Porém, o que se observa é a rigidez de pensamentos e posturas, que nos impossibilita de encontrarmos saídas para os preconceitos raciais. Dessa forma, a escola se mostra, na maioria das vezes, como um espaço de reprodução do racismo e, rara vez, de inovação na valorização da diversidade que segundo os estudiosos.

Para que possamos concretizar o nosso trabalho sobre o tema, é necessário também que ele esteja presente no PPP (Projeto Político Pedagógico) e PTD (Plano de Trabalho Docente) para as devidas discussões acerca das relações étnico raciais, do preconceito e sua manifestação na sociedade brasileira, pois é importante ampliar a compreensão do problema, para então poder refletir sobre o que deve ser escolhido como conteúdo para compor um currículo escolar que prestigie os negros mestiços na nossa história e cultura, onde não haja desiguais, porém, diferentes. O respeito à diferença deve ser um dos pilares de uma sociedade democrática, que caminhe para um país justo e de uma sociedade marcada pela cidadania e pela inclusão. O fato de escolhermos esse tema já demonstra que realmente queremos fazer a diferença e fazer parte das mudanças que vem ocorrendo em nossa sociedade.

O PPP da escola é construído para ser colocado em prática, ajudando assim a melhorar a escola no seu dia a dia. Assim, é realmente necessário efetivar, acreditar que a Lei 10639/03 pode servir como uma base forte para erradicar o racismo, o que deveria ser o consenso entre todos os educadores. Ela deveria estar sendo aplicada desde a sua promulgação, pois lei não se aplica gradualmente, lei se executa a partir de sua promulgação. Somente a necessidade do resgate dos conhecimentos acerca da história dos negros no Brasil, por parte dos professores é que fez com que a lei tivesse uma implantação, um pouco mais tarda em relação à data de sua promulgação.

Alguns educadores (as) tem dificuldade em abordar a temática étnico racial em sala e até mesmo medo, ambos fazem parte de uma tendência a silenciar os temas nas escolas o que por sua vez corrobora para a permanência do mito da democracia racial. Além disso, a ausência de debates sobre a questão étnico racial “Silencia o despreparo do grupo para o

enfrentamento do problema, visto que essa geração também aprendeu o silêncio e foi a ele condicionado na sua socialização” (CAVALLEIRO, 2014, p.100).

Tal silenciamento omite a necessidade do Estado de propor políticas educacionais que valorizem a identidade e cultura dos povos afro brasileiros e ajuda a sustentar o mito da democracia racial

A ideologia da democracia racial aparece como um elemento complicador da situação do negro. Essa ideologia, embora se tenha fundamentado nos primórdios da colonização e tenha servido para proporcionar a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como sociedade pacífica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influência na sociedade, pouco contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. (CAVALLEIRO, 2014, p. 29).

Durante algumas visitas às escolas do campo, foi observado que a temática Africanidade só era vistas nas salas de aula e ainda como tema transversal ou até mesmo explorado superficialmente em datas comemorativas. Foi também constatado que África era o último continente a ser estudado nas escolas, quando na verdade este deveria ser visto primeiro, considerando que majoritariamente os estudantes são negros, como revela a educadora Maria das Graças:

Conheço pouco sobre esse assunto essa realidade, trabalho em sala de aula mais bem pouco, tem dificuldade de passar. E até medo de falar sobre esse assunto. O trabalho na escola se dá a partir das datas comemorativas 20 de novembro e 13 de maio.

Na ausência de atividades pedagógicas sobre questões étnico raciais, o continente africano ainda era visto como lugar de pobreza e fome, e não como espaço de produção de conhecimento cultural, econômico, político e tecnológico. A passividade em relação ao tráfico de povos africanos para o Brasil, como se a presença deles por aqui fosse uma decisão espontânea, e não a cruel realidade de que foram capturados de sua pátria para serem escravizados, lhes sendo negado o direito de viver em sua terra, exercendo suas profissões e com seus familiares também era uma ideia difundida.

Outro fator agravante é a visualização do preconceito racial presente nos materiais didáticos, como os livros, pois eles não são pensados para as crianças negras, é por isso que elas não se sentem fazendo parte dessa história, nos textos e nas imagens que trabalham em sala de aula, enquanto a criança branca se ver apresentada como exemplo, quanto ao negro é

visto, muitas vezes, como uma figura negativa. Sendo assim é preciso repensar este contexto negativo, e mostrar a eles, o quanto é fundamental nestas histórias. Visto que as crianças negras já sofrem o preconceito pela cor da pele, dos olhos, cabelos e o formato do nariz etc.

Dessa forma, entende-se que é necessário trabalhar a importância da igualdade que sugere semelhança e diferenças e não bom ou ruim. Pois, é preciso traçar metas que destaque a importância da criança para ela sentir bem acolhida na escola principalmente na educação infantil, que é o primeiro contato no ambiente escolar, mas, para que isso seja uma realização. A escola precisa assumir a seu papel de transformadora e não reprodutora.

## CONCLUSÃO

Ponderando que a Africanidade precisa fazer parte da nossa vida, seja na educação com os materiais didáticos incluindo os assuntos que já foram citados acima, as expressões visuais e culturais, é necessário valorizar a imagem dos negros e negras e dentre outros fatores que sofrem no seu cotidiano.

Segundo os pesquisadores do Ministério da Educação (2013. p 83), tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas.

Sendo assim, é necessário enfatizar as condições materiais e de formação dos educadores e educadoras entendendo que os profissionais precisam transmitir uma educação de qualidade para todos, assim como contemplar o reconhecimento e valorização da história, cultura, saberes e identidade dos afros descendentes. Ressaltando a importância de contribuir no aprendizado principalmente das crianças, ou seja, como podem se sentir parte deste ambiente de estudo, onde tenham possibilidades de criações nos livros didáticos melhorando a linguagem e a imagem do povo negro.

## REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 29 de Novembro de 2018.

BARTH, Fredrik (1969) universitets Forlaget/littleBrown, p. 25-67.

[www.ministeriodaeducacao.gov.br](http://www.ministeriodaeducacao.gov.br)

LOPES, Ana Lúcia. **Currículo, escola e relações ético-raciais**. In: Educação africanidades Brasil. MEC- SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília, 2006.

SOUZA, Luiz Carlos de. **A presença negra no Brasil**. In: Educação Africanidade Brasil. MEC – SECAD – UnB- CEAD – Faculdade de Educação. Brasília, 2006.

SILVA, Cleber Oliveira da. Revista dos 15 anos da EACMA (2013.p. 22)